INVESTIGADOR DE POLÍCIA - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA:

1. Compreensão e interpretação de textos.
2. Tipologia textual.
3. Ortografia oficial.
4. Acentuação gráfica.
5. Emprego das classes de palavras.
6. Emprego do sinal indicativo de crase.
7. Sintaxe da oração e do período.
8. Pontuação.
9. Concordância nominal e verbal.
10. Regência nominal e verbal.
11. Significação das palavras.
12. Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República).
13. Aspectos gerais da redação oficial.
14. Finalidade dos expedientes oficiais.
15. Adequação da linguagem ao tipo de documento.

RACIOCÍNIO LÓGICO:

1. Estruturas lógicas.
2. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões.
3. Lógica sentencial (ou proposicional). 3.1. Proposições simples e compostas. 3.2. Tabelas verdade. 3.3. Equivalências.
3.4. Leis de Morgan. 3.5. Diagramas lógicos.
4. Lógica de primeira ordem.
5. Princípios de contagem e probabilidade.
6. Operações com conjuntos.
7. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.

ATUALIDADES:

1. Globalização: conceitos, efeitos e implicações sociais, econômicas, políticas e culturais.
2. Multiculturalidade, Pluralidade e Diversidade Cultural.
3. Tecnologias de Informação e Comunicação: conceitos, efeitos e implicações sociais, econômicas, políticas e culturais.

INFORMÁTICA:

1. Conceito de internet e intranet.

2. Conceitos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a internet/intranet. 2.1. Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca, de pesquisa, de redes sociais e ferramentas colaborativas. 2.2. Noções de sistema operacional (ambiente Windows). 2.3. Noções de IP. 2.4. Noções de IMEI. 2.5. Porta lógica.

3. Identificação e manipulação de arquivos.

4. Backup de arquivos.

5. Conceitos básicos de Hardware (Placa mãe, memórias, processadores (CPU) e disco de armazenamento HDs, CDs e DVDs).

6. Periféricos de computadores.

7. Noções básicas de editores de texto e planilhas eletrônicas (Microsoft Word, Microsoft Excel, LibreOffice Writer e LibreOffice Calc).

8. Segurança na internet: vírus de computadores; spyware; malware; phishing.

9. Metadados de arquivos.

10. Programas de navegação (Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chromes). 10.1. Programas de correio eletrônico (Outlook Express e Mozilla Thunderbird). 10.2. Sítios de busca e pesquisa na Internet. 10.3. Grupos de discussão. 10.4. Redes sociais.

11. Transferência de arquivos pela internet. 11.1. Procedimentos de backup.

12. Computação na nuvem. 12.1. Armazenamento de dados na nuvem (cloudstorage).

13. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.

14. Deepweb e Darkweb.

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO:

1. Constituição da República Federativa do Brasil (Artigos 1o, 3o, 4° e 5°).

2. Constituição do Estado da Bahia, (Cap. XXIII "Do Negro").

3. Lei federal n° 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial).

4. Lei federal no 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor).

5. Lei federal n° 9.459, de 13 de maio de 1997 (Tipificação dos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor).

6. Decreto federal n° 65.810, de 08 de dezembro de 1969 (Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial).

7. Decreto federal n° 4.377, de 13 de setembro de 2002 (Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher).

8. Lei federal no 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

9. Código Penal Brasileiro (art. 140).

10. Lei federal n° 9.455, de 7 de abril de 1997 (Crime de Tortura).

11. Lei federal n° 2.889, de 1o de outubro de 1956 (Define e pune o Crime de Genocídio).

12. Lei federal no 7.437, de 20 de dezembro de 1985 (Lei Caó).

13. Lei estadual n° 10.549, de 28 de dezembro de 2006 (Secretaria de Promoção da Igualdade Racial); alterada pela Lei estadual n° 12.212, de 04 de maio de 2011.

14. Lei federal no 10.678, de 23 de maio de 2003, com as alterações da Lei federal no 13.341, de 29 de setembro de 2016 (Referente à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República).

MEDICINA LEGAL:

1. Conceito, importância e divisões. Corpo de Delito, perícia e peritos.

2. Documentos médico- -legais. Conceitos de identidade, de identificação e de reconhecimento.

3. Principais métodos de identificação.

4. Lesões e mortes por ação contundente, por armas brancas e por projéteis de arma de fogo comuns e de alta energia.

5. Conceito e diagnóstico da morte. Fenômenos cadavéricos. Cronotanatognose, comoriência e promoriência. Exumação. Causa jurídica da morte. Morte súbita e morte suspeita.

6. Exame de locais de crime. Aspectos médico-legais das toxicomanias e da embriaguez. Lesões e morte por ação térmica, por ação elétrica, por baropatias e por ação química.

7. Aspectos médico-legais dos crimes contra a liberdade sexual, da sedução, da corrupção de menores, do ultraje público ao pudor e do casamento.

8. Asfixias por constrição cervical, por sufocação, por restrição aos movimentos do tórax e por modificações do meio ambiente.

9. Aspectos médico-legais do aborto, infanticídio e abandono de recém-nascido.

10. Modificadores e avaliação pericial da imputabilidade penal e da capacidade civil. Doença mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardado, perturbação mental.

11. Aspectos médico-legais do testemunho, da confissão e da acareação.

12. Aspectos médico-legais das lesões corporais e dos maus-tratos a menores e idosos.

LEGISLAÇÃO GERAL:

1. Lei estadual no 6.677, de 26 de setembro de 1994 (Estatuto do Servidor Público do Estado da Bahia).

2. Lei estadual no 9.433, de 01 de março de 2005 (Dispõe sobre as licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes do Estado da Bahia e dá outras providências).

3. Lei estadual no 12.209, de 20 de abril de 2011 (Dispõe sobre o processo administrativo, no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta, regidas pelo regime de direito público, do Estado da Bahia, e dá outras providências).

4. Lei estadual no 11.370, de 04 de fevereiro de 2009 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia) e alterações.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE CONTABILIDADE:

1. Conceitos, objetivos e finalidades da contabilidade.

2. Patrimônio: componentes, equação fundamental do patrimônio, situação liquida, representação gráfica.

3. Atos e fatos administrativos: conceitos, fatos permutativos, modificativos e mistos.

4. Contas: conceitos, contas de débitos, contas de créditos e saldos.

5. Plano de contas: conceitos, elenco de contas, função e funcionamento das contas.

6. Escrituração: conceitos, lançamentos contábeis, elementos essenciais, fórmulas de lançamentos, livros de escrituração, métodos e processos.

7. Contabilização de operações contábeis diversas: juros. 7.1. Descontos. 7.2. Tributos. 7.3. Aluguéis. 7.4. Variação monetária/cambial. 7.5. Folha de pagamento. 7.6. Compras. 7.7. Vendas e provisões. 7.8. Depreciações e baixa de bens.

8. Análise e conciliações contábeis: conceitos, composição de contas, análise de contas, conciliação bancária.

9. Balancete de verificação: conceitos, modelos e técnicas de elaboração.

10. Balanço patrimonial: conceitos, objetivo e composição.

11. Demonstração de resultado de exercício: conceito, objetivo e composição.

12. Noções de matemática financeira.

13. Noções de finanças.

14. Noções de orçamento.

15. Noções de tributos e seus impactos nas operações das empresas.

NOÇÕES DIREITO ADMINISTRATIVO:

1. Regime jurídico-administrativo. 1.1. Conceito. 1.2. Princípios expressos e implícitos da Administração Pública.

2. Poderes administrativos. 2.1. Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 2.2. Uso e abuso do poder.

3. Ato administrativo. 3.1. Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.

4. Noções de organização administrativa. 4.1. Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. 4.2. Administração direta e indireta. 4.3. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

5. Agentes públicos. 5.1. Legislação pertinente. 5.1.1. Lei no 8.112/1990 e suas alterações. 5.1.2. Disposições constitucionais aplicáveis. 5.2. Disposições doutrinárias. 5.2.1. Conceito. 5.2.2. Espécies. 5.2.3. Cargo, emprego e função pública.

6. Controle da Administração Pública. 6.1. Controle exercido pela Administração Pública. 6.2. Controle judicial. 6.3. Controle legislativo.

7. Responsabilidade civil do Estado. 7.1. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. 7.1.1. Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 7.1.2. Responsabilidade por omissão do Estado. 7.2. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 7.3. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.

8. Lei estadual no 11.370 de 04 de fevereiro de 2009 (dispõe sobre a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia).

9. Lei estadual no 6677 de 26 de setembro de 1994 (Estatuto do Servidor Público do Estado da Bahia).

10. Licitação. 10.1. Princípios. 10.2. Contratação direta: dispensa e inexigibilidade. 10.3. Modalidades. 10.4. Tipos. 10.5. Procedimento.

NOÇÕES DIREITO CONSTITUCIONAL:

1. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; 1.2 Direitos sociais; 1.3 Nacionalidade; cidadania; 1.4 Direitos políticos; 1.5 Partidos políticos.

2. Organização político-administrativa do Estado. 2.1. Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.

3. Administração pública. 3.1. Disposições gerais, servidores públicos.

4. Poder executivo. 4.1. Forma e sistema de governo; chefia de Estado e chefia de governo.

5. Defesa do Estado e das instituições democráticas: segurança pública; organização da segurança pública.

6. Ordem social: base e objetivos da ordem social; seguridade social; meio ambiente; família, criança, adolescente, idoso, índio.

DIREITO PENAL PARTE GERAL

1. Princípios básicos.

2. Aplicação da lei penal. 2.2. A lei penal no tempo e no espaço. 2.3. Tempo e lugar do crime. 2.4 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal.

3. Infração penal: elementos, espécies, sujeito ativo e sujeito passivo.

4. O fato típico e seus elementos. 4.1. Crime consumado e tentado.

5. Ilicitude e causas de sua exclusão. 5.1. Excesso punível.

6. Culpabilidade (elementos e causas de exclusão).

7. Punibilidade.

8. Concurso de pessoas.

DIREITO PENAL PARTE ESPECIAL

1. Crimes contra a pessoa. 1.2 Crimes contra a vida. 1.3 Lesão corporal. 1.4 Crimes contra a honra. 1.5 Crimes contra a liberdade individual

2. Crimes contra o patrimônio.

3. Crimes contra a dignidade sexual.

4. Crimes contra a fé pública.

5. Crimes contra a Administração Pública.

6. Lei no 11.343/2006 (tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes).

7. Lei no 12.850/2013 e suas alterações (crime organizado).

8. Lei no 8.072/1990 e suas alterações (crimes hediondos).

9. Lei no 7.716/1989 e suas alterações (crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor).

10. Lei no 9.455/1997 (crimes de tortura).

11. Lei no 9.605/1998 (crimes contra o meio ambiente).

12. Lei no 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento).

13. Lei no 9.503/1997 e suas alterações (crimes de trânsito - Código de Trânsito Brasileiro).

14. Lei no 11.340/2006 e alterações (cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher "Lei Maria da Penha").

15. Decreto-Lei no 3.688/1941 e suas alterações (Lei das Contravenções Penais).

16. Lei no 4.898/1965 e suas alterações (abuso de autoridade).

NOÇÕES DIREITO PROCESSUAL PENAL:

1. Inquérito policial. 1.1. Histórico, natureza, conceito, finalidade, características, fundamento, titularidade, grau de cognição, valor probatório, formas de instauração, notitia criminis, delatio criminis, procedimentos investigativos, indiciamento, garantias do investigado, conclusão e prazos.

2 Prova. 2.1 Preservação de local de crime. 2.2 Requisitos e ônus da prova. 2.3 Nulidade da prova. 2.4 Documentos de prova. 2.5. Reconhecimento de Pessoas e coisas. 2.6. Acareação. 2.7. Indícios. 2.8. Busca e Apreensão.

3 Restrição de liberdade. 3.1 Prisão em flagrante.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE:

1 Lei no 5.553/1968 (dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal).

2 Lei no 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente). 3 Lei no 10.741/2003 e suas alterações (Estatuto do Idoso).

4 Lei no 9.296/1996 (Interceptação telefônica).

5 Lei no 7.492/1986 (Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional).

6 Lei no 4.737/1965 e suas alterações (Código Eleitoral).

7 Lei no 7.210/1984 e suas alterações (Lei de execução penal). 8 Lei no 9.099/1995 e suas alterações (Juizados Especiais Cíveis e Criminais).

9 Lei no 10.259/2001 e suas alterações (Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal).

10 Lei no 8.137/1990 e alterações (Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e outras relações de consumo).

11 Título II da Lei no 8.078/1990 e alterações (Crimes contra as Relações de Consumo).

12 Lei no 8.429/1992 e suas alterações (enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional).

13. Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Resolução no 217A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948.